Contratado/Realizado

Contratado/Realizado

Contratado/Realizado

Ressonância Magnética

lemonstrações financeiras

Métodos Diagnósticos em Especialidades

Radiologia

Total

Endoscopia

Jltrassonografia

Cirurgias Ambulatoriais cma

Total Consultas Não Médicas

2021

2021

6.400.000

6.400.000

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE TAUBATÉ - AME TAUBATÉ - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI - SP

#### Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP AME TAUBATÉ - Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté CNPJ nº 61.687.356/0045-50 Demonstrações Financeiras Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) Demonstrações de Resultados do Exercício Ativo 2021 Passivo Nota 2021 em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) Nota Nota Circulante Circulante 7.746.665 **7.746.665** Receitas operacionais 288.230 Fornecedores Total do ativo circulante 59.758 1.058.435 Receitas de serviços prestados Subvenção governamental para custeio Total do ativo não circulante 59.758 Subvenção governamental para investimentos 6.400.000 Total do ativo 7.746.665 Custos de servicos prestados Total do passivo circulante 7.746.665 Resultado bruto Demonstrações dos Resultados Abrangentes do Exercício Total do passivo 7.746.665 Despesas operacionais em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) Patrimônio líquido Administrativas e gerais (97.789) 2021 (97.789) Patrimônio social Superávit do exercício (Déficit) operacional antes do resultado financeiro Total do patrimônio líquido (97.789)Resultado financeiro, líquido Resultado abrangente total do exercício Total do passivo e patrimônio líquido 7.746.665 38.031 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras 38.031 Relatório Execução Orçamentária - Período 01/12/2021 a 31/12/2021 Superávit do exercício Saldo de caixa em 31/12/2020 Valor R\$ 0,00 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) Origem dos Recursos: Estadual **Valores** Documento **Valores** Data prevista para o repasse de crédito nº Data repassados R\$ previstos R\$ Notas de empenho nº Superávit do Patrimônio Patrimônio 1.118.193.45 2021OBB1434 2021NE00910 06/12/2021 1.118.193.45 Social Exercício Líquido 2021OBB6871 2021NE00913 13/12/202 6.400.000,00 6.400.000.00 Saldos em 31/12/2020 7.518.193.45 Subtotal Incorporação do superávit Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos 38.030,72 do exercício Dutras receitas Superávit do exercício Recursos próprios aplicados pela organização social Saldos em 31/12/2021 7.556.224,17 Total das receitas As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Total das despesas no exercício 2021 2.276,66 Recurso público não aplicado 7.553.947,51 Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercício Valor devolvido ao contratante em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais) 7.553.947,51 Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/12/2021 a 31/12/2021 Fluxo de caixa das atividades operacionais Superávit do exercício Consultas Médicas (Aumento) Redução nos ativos em 1° semestre 2° semestre Contratado/Realizado Contratado Realizado (7.746.665)Contratado Realizado Primeiras Consultas Rede Aumento (Redução) nos passivos em 1.050 Interconsultas 120 288.230 Consultas Subsequentes 300 Subvenção governamental para custejo 1.058.435 1.470 Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais (6.400.000) Consultas Não Médicas Fluxo de caixa das atividades de investimento: 1° semestre

Contratado

Contratado

Contratado

50 50

120

30

100

200

350

2° semestre

Realizado

Realizado

Realizado

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

1° semestre

1° semestre

Realizado

Realizado

Realizado

Cirurgias Ambulatoriais menores (cma)

SADT Externo

Contratado

Contratado

Contratado

do de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promocão e prevencão à saúde, educação e demais ativilades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-SAÚDE) conforme Portaria SAS/MS nº 157, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2017 e processo nº 25000.017066/2022-83, acerca do andamento do requerimento de renovação da certificação. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia egislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde -"OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo de seus cinquenta e oito anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora em processos de seleção, assumindo a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades Taubaté (AME TAUBATÉ). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em 01 de dezembro de 2021. 1.1. Covid-19: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial, aumentaram o grau de ncertezas para os agentes econômicos e podendo gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar me-

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Co-mitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros", bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça ulgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e espesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimen to, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "atrivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão,

1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Esta- a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. b. Estoques: Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos ambulatoriais para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos ambulatórios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. c. Imobi-Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado filiais OSS: Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do ambulatório, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. d. Obrigações traba-Ihistas e tributárias: Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. e. Subvenções governamentais: Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefíou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços: A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualifica-das como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Servicos com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de ambulatórios, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exer-

No início do exercício No final do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Relatório de Execução - Período 01/12/2021 a 31/12/2021 Nº de leitos (média/mês) Nº de leitos de hospital-dia Taxa de ocupação (média/mês) Permanência média N° de saídas hospital-dia Nº de consultas ambulatoriais Nº de exames realizados Diagnóstico por ultrassonografia Diagnóstico por endoscopia Métodos diagnósticos em especialidades

Subvenção governamental para investimento

Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes

postas em relação às atividades. i. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimen tos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangen as despesas bancárias. j. Apuração do resultado: As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significati vo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acresci do, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da ope ração. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimer to inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento ini cial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os ativos financeiros não acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entida de pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é re conhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. (iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subse quentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qual quer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no re sultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos fornecedores. (iv) Desreconhecimento: A Entidade desreconhece un ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebi mento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titular dade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem trans fere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titular dade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeicício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas procluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assu

## Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP AME TAUBATÉ - Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté

CNPJ nº 61.687.356/0045-50 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

palanco patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a ntenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquida o passivo simultaneamente. (vi) Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2021 nenhuma operação com strumentos financeiros derivativos incluindo operações de (vii) Redução ao valor recuperável (impairment): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicado res de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de nstrumentos financeiros: • Risco de crédito: • Risco com taxa de câmbio: Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os obetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 10 - Instrumentos financeiros. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. I. Arrendamentos: Como arrendatária, quando aplicável, a Entidade reconhece um ativo de direito de uso 9. Resultado financeiro, líquido: Os encargos financeiros e as variações que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (vigência igual ou inferior a 12 meses) e itens de baixo valor. A Entidade analisou os impactos da adoção do CPC 06 (R2) Arrendamentos, e

constatou que não apresentaram efeitos nas demonstrações financeiras. 3. Adiantamentos: A entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em 01 de dezembro de 2021, assumindo a gestão do Ambulância Médico de Especialidades Taubaté (Ame Taubaté). O contrato de gestão foi publicado no Diário Oficial - Poder Executivo em 02 de dezembro de 2021 e o CNPJ desta unidade foi constituído em 03 de janeiro de 2022. O valor de custeio creditado foi R\$ 1.118.193 em 06 de dezembro de 2021 e o valor de investimento creditado foi R\$ 6,400,000 em 13 de dezembro de 2021. Ambos valores foram creditados na conta corrente nº 13.006062-6 Banco Santander. O grupo de contas adiantamentos tem a seguinte composição de valores a serem regularizados em 2022 em conta bancaria especifica do contrato de gestão Ame Taubaté:

Descrição	2021
Adiantamento a fornecedores	192.717
Banco conta movimento	5.917
Aplicações financeiras	_7.548.031
Total	7.746.665

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2021 os rendimentos variam entre 95% e 98% do CDI e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade

Descrição	2021
CDB e aplicações compromissadas	7.548.031

4. Fornecedores: Representado principalmente por valores a pagar relacionados a compra de insumos ambulatoriais, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2021
Fornecedores	288.230
Total	288.230
E Cubuspass savarnamental nara sua	taia. Danrasantadas nalas ras

**i. Subvenção governamental para custeio:** Representados pelos rece pimentos de subvenções para custeio das Secretarias e que serão utilizados nas operações das unidades no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é demonstrado assim:

	2021
AME TAUBATÉ	1.058.435
Total	1.058.435

6. Subvenção governamental para investimento: 6.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos: A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimento empregados na aquisição de ativos imobilizado, intan-

ssivos financeiros são compensados é o valor líquido apresentado no governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no mo- de valor justo: A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos mento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

	2021
AME TAUBATÉ	6.400.000
Total	6.400.000
7. Receitas operacionais líquidas	
·	2021
Contrato de gestão - OSS (a)	59.758
Total	59.758

(a) Contrato de gestão - OSS: A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de ambulatórios de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado.

## 8. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

	2021
Pessoal, benefícios e encargos	(4.078)
Serviços de terceiros	(93.527)
Administrativas e gerais	(184)
	(97.789)
Classificados como:	
Custos de serviços prestados	-
Despesas operacionais	
Administrativas e gerais	(97.789)
	(97.789)
	(97.789)

7	monetarias apropriadas ao resultado estão demonstrados con	io seguerri.
)	Receitas financeiras	2021
)	Rendimentos aplicações	38.031
-	Total receita financeira líquida	38.031
,		

10. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

### Vencimentos - 2021 Até 1 ano Nota Valor contábil Fornecedores 288,230 288,230

c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). d. Política de gestão de capital: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. e. Hierarquia do valor justo: A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos

midos) é reconhecida no resultado. (v) Compensação: Os ativos ou gível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: Hierarquia está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financei

ros diferentes de caixa classificados em outras categorias: Passivos Classificação Fornecedores Custo amortizado (288.230) Instrumentos financeiros líquidos (288.230)

11. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao iten 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Enti dade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fisca para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021; • IRPJ - Imposto de renda da Pessoa Jurídica: • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade So cial; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal (vide notas nº 12 e 13); • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento) ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

12. INSS - Contribuição previdenciária - Imunidade das contribuições sociais: A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Socia com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

13. Certificado de entidade beneficente de assistência social: Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91, 9.429/96 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que por fim foi revogado pela Lei Complementar  $n^{\circ}$  187, de 16 de dezembro de 2021. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pes soas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria SAS/MS nº 157, de 19/01/2017, pu blicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/01/2017, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017. Em atenção à solicitação contida no Ofício s/nº de 15/01/2018, registrado pelo SIPAR nº 25000.006406/2018-64, protoco lado em 29/12/2017 junto ao Ministério da Saúde, acerca do andamento do requerimento de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado, conforme parágrafo 2º, artigo 37, Lei Complementar nº187 de 16 de dezembro de 2021. A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde 14. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou par

ticipou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

15. Seguros: A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2021, os seguin tes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • Multirrisco: Cobertura dos prédios maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessan tes; · Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; · Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores: responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de no vas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços pro fissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; • Responsabili dade Civil Geral: tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segu rado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade.

# Diretoria

Engº Haruo Ishikawa Conselheiro Presidente

Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4

